



10 DE NOVEMBRO VAMOS PARAR O BRASIL!

Petroleiros presentes para impedir a reforma trabalhista e conquistar um ACT digno para a categoria

Dia Nacional de Lutas, Atos e Mobilizações



No Dia Nacional de Lutas, Atos e Mobilizações, junto com outras categorias, os petroleiros estarão presentes para impedir a reforma trabalhista e o desmonte de estatais. Mas também estarão presentes para conquistar

uma proposta digna de ACT, sem perdas de direitos históricos. A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos filiados, incluindo o Sindipetro-RJ, pressionaram por uma nova reunião que acontecerá nesta sexta-feira (3/11). Em breve o

Sindipetro-RJ vai convocar assembleias para organizar a participação da categoria. Nem o calote na previdência nem a reforma trabalhista vão ser aplicados na Petrobrás! Nenhum direito a menos! Greve Nacional Petroleira, já!

ANOTE NA SUA AGENDA. PARTICIPE!

No dia 07/11, às 17h30, no 25º andar do Clube de Engenharia, Fernando Siqueira, presidente do Conselho Fiscal, e Ronaldo Tedesco, membro do Conselho Deliberativo da Petros, realizam palestra sobre o equacionamento do Plano Petros.



ATOS CONTRA “XEPA” DO PRÉ-SAL PREPARAM O DIA NACIONAL DE LUTAS (10/11)

Na manhã de sexta-feira (27), petroleiros, trabalhadores do setor elétrico, representantes de movimentos sociais e estudantis protestaram em frente à sede da ANP, Centro do Rio, contra a 2ª e 3ª rodadas dos leilões do Pré-Sal. Definido durante plenária realizada dia 24/10, no Sindipetro-RJ, o ato unificado reafirmou o calendário de lutas contra a privatização de estatais e as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo Temer (PMDB).

Com faixas, cartazes e bandeiras, os trabalhadores se concentraram por cerca de duas horas em frente à ANP, cujas portas estavam cobertas por tapumes.

Revezando-se no carro de som, os trabalhadores seguiram depois até a sede da Eletrobrás (av. Pres. Vargas), onde se concentraram por cerca de 40 minutos, para dali irem em passeata pela Av. Rio Branco, até o Edifício-Sede da Petrobrás (Edise).

Durante o ato, a liminar concedida pelo juiz Ricardo Sales, da 3ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas, suspendendo as rodadas dos leilões do pré-sal, foi comemorada, mas recebida com ceticismo, uma vez que a Advocacia-Geral da União (AGU) corria contra o tempo para derrubá-la.

Depois os trabalhadores se concentraram no Largo da Carioca, Centro do Rio. Enquanto seguia o protesto, o governo, através da AGU, anunciava ter derrubado a liminar que impedia a realização da 2ª e 3ª rodada dos leilões de áreas do Pré-Sal.

CHAMADO PARA O DIA NACIONAL DE LUTAS - 10 DE NOVEMBRO

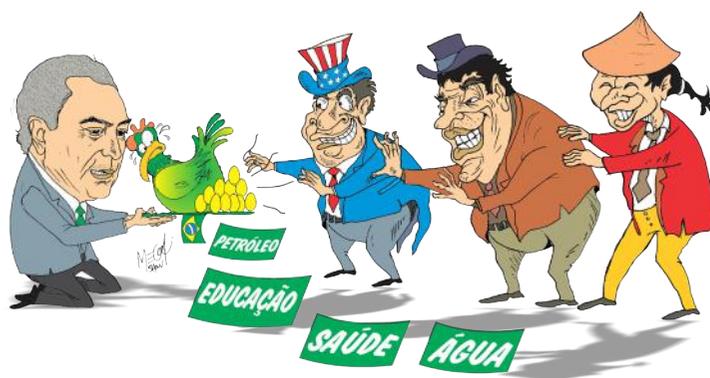
Cerca de 200 pessoas estiveram reunidas em frente ao Edise, onde finalizaram o protesto.

O ato fez um chamado para o ‘Dia Nacional de Lutas’ agendado para 10 de novembro, que será um dia de atos, protestos, paralisações e greves convocado por diversas categorias contra os retrocessos sociais e as privatizações promovidas pelo governo de Michel Temer. “Hoje é um dia de saque no Rio de Janeiro, com os governos tentando vender áreas do Pré-Sal, vender a Eletrobrás e a Cedaee, além de sucatearem os serviços públicos. Essas mobilizações de hoje são uma preparação para 10 de novembro, quando vamos parar o Brasil” - afirmou Vinicius Camargo, diretor do Sindipetro - RJ e da FNP.

O ACT dos petroleiros, o plano de equacionamento do dé-

ficit do Plano Petros, o desmonte da Petrobrás também pausaram as falas do ato, que foi encerrado às 13h.

Participaram da mobilização entidades como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Frente Internacional dos Sem Teto (FIST), S.O.S Emprego, CUT, CSP - Conlutas, Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Asduerj, Sindipetro-AM, Sindipetro-BA, Sindipetro-NF, Sindipetro-RJ, Sindipetro-RN, Sindipetro Unificado-SP, Levante Popular da Juventude, entre outras representações de trabalhadores e do movimento social.



MAIS UMA VEZ A SERVIÇO DOS SAQUEADORES

Derrubada a liminar por volta das 10h30, o leilão foi iniciado logo às 11h30 e mais uma vez a Petrobrás agiu a serviço dos saqueadores, garantindo a recomposição das reservas das multinacionais concorrentes através de suas “parcerias estratégicas”.

Na 2ª rodada foram oferecidas quatro áreas unitizáveis, ou seja, adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área contratada: Entorno de Sapienhoá, Norte de Carcará e Sul de Gato do Mato, na Bacia de Santos, e Sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. Na 3ª rodada foram oferecidos quatro blocos localizados na região do polígono do Pré-Sal relativas aos prospectos de Pau Brasil, Peroba e Alto de Cabo Frio-Oeste, na Bacia de Santos, e Alto de Cabo Frio-Central, nas bacias de Campos e Santos.

No Regime de Partilha, que regula o Pré-Sal, ganha a disputa quem oferecer a maior fatia de petróleo ou gás excedente da produção futura para a União. Esse excedente é o volume de petróleo ou gás que resulta após descontar os custos da exploração e investimentos.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinicius | (21)3034-7307/7337 | **Edição e redação:** André Lobão (MTb 28.307-RJ) | **redação:** André Pelliccione (MTb 19.301-RJ) | **Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Carlos Soares (Mtb. 3698) | **Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Ilustrações:** Luís Cláudio (Mega) | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 12.000



Dos 8 blocos ofertados, 2 não receberam ofertas (Sudoeste de Tartaruga Verde e Pau Brasil). As áreas de Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste foram adquiridas por consórcios formados exclusivamente por multinacionais, ou seja, sem a participação da Petrobrás. Ambos ofereceram à União apenas o óleo lucro mínimo, de 11,53% e 22,87%, respectivamente. Por Norte de Carcará se ofereceu um percentual de 67,12%.

A Petrobrás adquiriu as 3 áreas pelas quais exerceu direito de preferência (Entorno de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central), mas sempre acompanhada por multinacionais. Estas foram áreas onde o óleo lucro ofertado à União foi elevado. No Entorno de Sapinhoá foram mantidas as proporções entre as empresas que já são sócias no campo de Sapinhoá (Petrobrás operadora com 45%, Shell com 30% e Repsol Sinopec com 25%). O óleo lucro foi de 80%. Na área de Peroba, a Petrobrás (40%) formou consórcio com CNODC (20%) e BP (40%), ofertando um óleo lucro de 76,96%. Em Alto de Cabo Frio Central, o consórcio envolveu apenas a BP (50%). O óleo lucro ofertado à União foi de 75,86%.

Somando a participação das multinacionais no óleo lucro destas áreas, é nítido que elas estão se apropriando de uma grande parte do óleo brasileiro, bem mais que a parcela da Petrobrás, empresa que bancou o desafio e descobriu o Pré-Sal. Mais uma vez, os resultados mostraram que a direção da empresa se colocou a serviço dos interesses dos saqueadores do país.

A DESINFORMAÇÃO DA MÍDIA BRASILEIRA

Um estudo elaborado pela consultoria da Câmara dos Deputados apontou que as condições econômicas das duas rodadas de leilão seriam desfavoráveis ao governo federal do ponto de vista da arrecadação. Se todas as 8 áreas fossem vendidas, o governo arrecadaria R\$ 7,75 bi.

No entanto, as 6 áreas vendidas geraram uma arrecadação de R\$ 6,15 bi, 20% abaixo do esperado, e o Ministro de Mi-

nas e Energia, Fernando Coelho Filho, classifica o resultado como um “estrondoso sucesso”. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, afirmou que “o excedente de petróleo reservado para a União, bem acima do mínimo, vai ter impacto brutal na arrecadação futura”. Em seu sítio, a ANP afirma que “o sucesso das rodadas reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo Governo brasileiro, que tornaram o ambiente de negócios no país mais atraente a empresas de diferentes portes (...). Entre os aprimoramentos na legislação esteve o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única no pré-sal, abrindo oportunidade para a entrada de outras empresas”.

Continuando o arsenal de falácias, em O Estado de São Paulo afirma-se que as empresas que arremataram os blocos do Pré-Sal por R\$ 6,15 bi pelo Regime de Partilha aceitarão pagar seis vezes a mais (R\$ 40 bi em bônus de assinatura), se o leilão fosse feito pelo regime de Concessão. O pagamento seria efetuado ainda este ano, a tempo de ajudar o governo a fechar as contas do déficit fiscal e “ainda sobrariam uns trocados bem gordinhos”. Uma descarada defesa de um modelo extremamente lesivo ao país, onde as empresas limitam-se a pagar royalties e exportam toda sua produção, por 30 anos, sem o menor compromisso com o Brasil.

Fechando o conjunto de notícias entreguistas, o Globo divulga que o governo decidiu apoiar uma revisão de regras para exploração de petróleo no país. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou o retorno ao modelo de concessões, argumentando que seria possível arrecadar mais num cenário de crise no país. Além de alterar o regime de exploração, Maia pretende colocar em votação um projeto do deputado José Carlos Aleluia (DEM) que permite à Petrobras comercializar até 70% do volume dos campos de petróleo na área de Cessão Onerosa. Este é o governo brasileiro: reduz impostos de multinacionais, omite-se diante da imensa evasão fiscal que ocorre ano a ano, comemora a entrega do patrimônio nacional para outros países e ainda batalha por uma legislação favorável que legitime o saque ao povo brasileiro.

SINDIPETRO-RJ ORIENTA SOBRE AÇÕES

O Sindipetro-RJ e a FNP, junto com FENASP, AEPET e GDPA-PE, criaram um Fórum para unificar as iniciativas (jurídicas e políticas) em defesa dos beneficiários da Petros. O objetivo é propor e coordenar ações coletivas, pelos diferentes sindicatos e associações, em defesa de um equacionamento justo, cobrando as dívidas que a Petrobrás tem com os

participantes da Petros e, ao mesmo tempo, coordenar as ações individuais e coletivas, a partir do Sindipetro-RJ, para assim impedir descontos abusivos nas aposentadorias e pensões ou o extorsivo desconto das contribuições sobre o pessoal da ativa.

Há 14 anos que os sindipetros que compõem a base da FNP vêm lutando contra a repactuação e a nefasta po-

lítica que gerou a extorsiva forma de equacionamento imposta pela Petros. Assim damos continuidade a essa luta, coordenando as ações coletivas em defesa dos petroleiros. É importante tomar cuidado com falsas promessas ou ações judiciais precipitadas.

Por isso procure o nosso Departamento Jurídico. Filie-se ao Sindipetro-RJ e fortaleça essa luta! Fortaleça a FNP!

DESCONTO DE TIRAR O SONO DOS PETROLEIROS

No jogo de palavras e números que são usados pelas direções da Petrobrás e da Petros, manipulam-se as informações sobre o polêmico tema do equacionamento do déficit do Plano Petros 1.

Conforme publicado no Boletim XXVIII de 24/10/17, na parte da matéria que trata dos percentuais de acréscimo e desconto, um companheiro petroleiro entrou em contato com nossa redação para esclarecer que os valores informados não correspondem de fato à realidade final dos descontos, pois não fazem menção de que esses percentuais incidem sobre o salário de referência e não se relacionam ao acréscimo total no valor de contribuição hoje pago.

Isso faz com que muitos participantes e a opinião pública considerem o aumento total para o participante "aceitável", já que foi anunciado um percentual máximo de 19,2%.

Na verdade, esse percentual vai incidir no salário de contribuição ou no benefício Petros do aposentado e o valor resultante será somado à contribuição normal do participante, ou seja, se hoje o pagamento corresponde a 11% de contribuição, o valor final será de 29,2%; quase 30% do salário!

"Se forem comparados os percentuais sobre o valor monetário final pago, chegaremos a aumentos acima da ordem de 160%, ou seja, em muitos casos a contribuição pode triplicar!" - explica o petroleiro, que não quis se identificar temendo represálias.

Para comprovar a observação, o petroleiro enviou "prints" das simulações a partir de seus descontos em folha e de outros colegas, que, claro, têm seus nomes apagados propositalmente nas imagens, confira:

ATENÇÃO!	
As informações a seguir são uma simulação. Estes números não têm valor legal e ainda podem sofrer alterações.	
PETROBRAS - APOSENTADO - [REDACTED]	
Benefício Petros (Ref.: out/2017)	R\$ 11.723,89
Contribuição normal	R\$ 1.089,19
Contribuição extra equacionamento	R\$ 1.779,13
% de contribuição extra	15,18%
Total de contribuição	R\$ 2.868,32

A contribuição final aumentou em cerca de 2,64 vezes, ou seja, mais que duplicou

PETROBRAS - ATIVO - [REDACTED]	
Para simular, digite seu salário de contribuição (*) e clique no botão "OK".	15.117,80 OK
Contribuição normal	R\$ 1.594,88
Contribuição extra equacionamento	R\$ 2.605,21
% de contribuição extra	17,23%
Total de contribuição	R\$ 4.200,09

■ Contribuição atual ■ Contribuição equacionamento ■ Dado irreal ■ Total a pagar

Neste caso também o aumento mais que duplicou o valor da contribuição.

Confira vídeo explicativo

O Movimento 'Reage Petroleiro', que representa oposição à atual diretoria do Sindipetro-Caxias, produziu um vídeo explicativo sobre o equacionamento do déficit do Plano Petros 1, que você pode conferir ao acessar este QR Code.



FNP DENUNCIA PEDRO PARENTE NO MPF

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) denunciou o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, na última sexta-feira (27), conforme protocolado no Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro. O motivo é a suposta fraude na venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, situados nas bacias de Santos e Bacia de Campos, respectivamente.

A fraude está baseada no esquema praticado por Parente para vender ativos da Petrobrás sem licitação, em que, através de sua diretoria, escondeu dos tribunais, dos acionistas e, principalmente, de seus trabalhadores e do povo brasileiro, que a proposta da australiana Karoon Gas era falsa. Estava embasada na parceria da Karoon com a maior petroleira australiana, a Woodside Energy.

Isto porque o capital social da Karoon é três vezes menor do que a oferta feita para os dois campos juntos, que já estavam muito aquém de seu verdadeiro valor. Como uma empresa de US\$ 450 mi quer comprar ativos no valor de US\$ 1,6 bi? A Karoon se apoiaria na Woodside. Porém, esta não participaria do negócio, como a mesma informou à Petrobras.

CRONOLOGIA DOS FATOS

Em outubro de 2016, a direção da Petrobrás anunciou que estava negociando a venda dos campos de águas rasas de Baúna (100%) e Tartaruga Verde (50%).

Após ação judicial solicitada pela FNP, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), a venda foi suspensa, pois no entendimento dos magistrados de primeira, segunda e terceiras instâncias a venda não cumpria critérios para a sua legalidade, como a abertura de licitação. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ocasião, a ministra Cármen Lúcia encaminhou a cópia do processo ao então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, que entendeu que o caso deveria ser encaminhado à PGRJ.

COMO FOI O ESQUEMA

A Petrobrás disse que fez um processo competitivo, que ela chama de “licitação” — a FNP não reconhece como licitação e



o próprio Tribunal Superior afirma que não pode ser considerado licitação — e, após análise das propostas apresentadas, afirma que quem ganhou foi a Karoon.

PROPOSTA DA KAROON

Segundo informações contidas nos processos, o preço que a Petrobrás dá a entender pelo qual estaria vendendo esses dois campos equivale a US\$ 1,6 bi. Ou seja, três vezes mais, no mínimo, que o valor do capital social da Karoon. Portanto, a Karoon não tinha dinheiro para comprar e não tinha tecnologia. Assim, quem dava solidez para a proposta era a Woodside.

No entanto, em setembro de 2016, a Woodside informou que não aprovava a proposta da Karoon. No mês seguinte, a Woodside exigiu que a Karoon informasse para a Petrobrás o seu posicionamento. Então, ainda em outubro, a Karoon enviou uma carta à Petrobrás na qual dizia que a Woodside não participaria mais do negócio. Qual é o grande crime?

A direção da Petrobrás disse que quem venceu o processo foi a Karoon com a Woodside, mas a Woodside não fazia parte da proposta. Então, a proposta da Karoon era uma fraude, Pedro Parente sabia de tudo e, mesmo assim, tentou vender os dois campos valiosíssimos para a Karoon.

Só o campo de Baúna tem uma produção anual de US\$1,6bi. E esse era o preço que a Petrobrás estava pedindo por este campo e pelo campo de Tartaruga Verde, que tem reservas de petróleo avaliadas em barris no valor de US\$ 47 bi.

Pedro Parente estava entregando os campos a uma empresa que não tem

dinheiro para comprar. Sabia que a Woodside não estava participando do processo desde outubro do ano passado. Escondeu isso do mercado, do Judiciário, do Tribunal de Contas da União (TCU), dos acionistas e dos petroleiros.

O resumo dos fatos: **15 de fevereiro de 2017:** a Petrobrás recebeu carta da Woodside, onde essa afirmava que, desde 7 de outubro de 2016, a Karoon havia informado à Petrobrás que a primeira não fazia parte do negócio em questão;

22 de fevereiro de 2017: ainda no STJ, a Petrobrás interpôs Agravo Interno, para tentar reverter a decisão que suspendia a venda dos dois campos;

16 de março de 2017: após a declinação de competência, os autos são remetidos do STJ para o STF;

22 de março de 2017: a Ministra Cármen Lúcia proferiu despacho, sem deferir a liminar pretendida pela Petrobrás;

23 de março de 2017: no dia seguinte, a Petrobrás desistiu da ação.

O INTERESSE DE PEDRO PARENTE

A carta da Karoon mostra a negligência e a improbidade administrativa da direção da Petrobrás. “Eles estão negociando esses campos de petróleo valiosíssimos como se fossem cachorro quente do carrinho da esquina”, afirmou o Jurídico da FNP.

Em 15 de fevereiro de 2017, a Woodside mandou uma carta para a Petrobrás explicando, passo a passo, o porquê de não estar participando do processo.

No dia 16 de fevereiro, a direção da Petrobrás não poderia ter mais nenhuma dúvida sobre a desistência da Woodside no processo de compra dos campos de Baúna e Tartaruga Verde. Apesar disso, Parente continuou entrando com recursos, no Superior Tribunal, a fim de liberar a venda para a Karoon.

Segundo o Jurídico da FNP, essa atitude da gerência da Petrobrás caracteriza “improbidade administrativa”, ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública. Para piorar a situação, Parente pede sigilo dos documentos ao Supremo Tribunal. Portanto, a atuação de Pedro Parente na gerência da Petrobrás deve ser investigada imediatamente.

LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO!

CONTRA A VENDA DE RECURSOS DO BRASIL



No dia 27/10 os petroleiros foram às ruas do Rio em defesa do patrimônio brasileiro. O Pré-sal pertence ao povo! Nenhum direito a menos. Fora Pezão! Fora Temer! a menos! Fora Pezão! Fora Temer!



10 de novembro Dia Nacional de Lutas, Atos e Mobilizações

- ✓ contra as reformas trabalhista e previdenciária;
- ✓ contra a privatização e a entrega do patrimônio público. PARTICIPE!



ACOMPANHE A TV E A RÁDIO PETROLEIRA

Acompanhe a produção da TV e da Rádio Petroleira, acessando www.sindipetro.org.br
Na Rádio Petroleira, envie suas sugestões para: radiopetroleira@gmail.com
Aproveite e inscreva-se no canal da TV Petroleira no YouTube.



PETROBRÁS AFRONTA CATEGORIA E DEMITE PETROLEIROS EM PLENO ACT

Em 2014, quatro engenheiros foram aprovados no concurso da Petrobrás, mas só foram admitidos graças a uma liminar concedida em julho/2015. Em janeiro de 2017, a liminar foi suspensa e os jovens petroleiros perderam o respaldo jurídico que obrigava a Petrobrás a mantê-los como empregados até o fim do processo, que continua a tramitar.

É importante destacar, porém, que não existe obrigação legal de demiti-los, especialmente após terem sido treinados e integrados nesses dois anos de trabalho na empresa. Curiosamente, quase 8 meses após a suspensão da liminar, a Petrobrás decide demiti-los logo no início das negociações para o ACT, no final de setembro, sem sequer pagar os dias trabalhados no mês ou qualquer outra verba e, mais que isso, cobrando a devolução do adiantamento do 13º salário pago no início do ano! Esses petroleiros não conseguem acessar o FGTS na Caixa e o dinheiro investido na Petros. Além de demitidos, estão impossibilitados de ter acesso a qualquer verba que é deles de direito! Impressiona também a inabilidade do RH, que encaminhou as demissões de formas distintas. Outro absurdo foi que um dos demitidos parti-

cipou da licitação de contrato de terceirizados que viriam a ocupar o seu lugar.

Nas reuniões do ACT, nós da FNP e todos os sindicatos a ela associados, além dos próprios petroleiros em processo de demissão, tentamos apelar para o bom senso dos gestores, solicitando a manutenção dos trabalhadores até o final do processo judicial, pois a categoria e a própria empresa perdem com as demissões.

No discurso, o Gerente do RH, Marcusso, e outros gestores se comprometeram a trazer uma resposta. Em algum grau, até manifestaram solidariedade, mas na prática nada foi feito. Diversos ofícios foram enviados cobrando a prometida resposta e um posicionamento da empresa, mas nada aconteceu para reverter o processo!

DEMISSÕES NÃO FORAM CASO ISOLADO

O drama dos quatro engenheiros não foi um caso isolado. Existem vários outros similares em curso, todos relacionados ao fato de que a Petrobrás deixa de convocar aqueles classificados nos concursos, mantendo um quadro de funcionários terceirizados para as mesmas funções e, muitas vezes, com indício de fraude, como nos casos em que a empre-

sa terceirizada é mera interposta, sendo a gestão efetiva do trabalho do terceirizado controlada diretamente pelas gerências da Petrobrás. E é isso que se tenta agora mascarar com os contratos de serviço, para ajustar no papel uma prática que só pode ser evitada com a primeirização, mesmo com a excrecência da lei da terceirização e a deformação da CLT.

O diretor de RH da Petrobras, Hugo Repsold, afirmou, segundo a Veja Online, que “nunca mais vai ter concurso para 2.000 pessoas. Agora, vamos fazer concursos de 100 pessoas, 50 pessoas, de 30 vagas, coisas pontuais para resolver aposentadorias”. E no caso dos PDVs o plano é fazer acordos diretos com os trabalhadores, agora que a reforma trabalhista permitirá isso.

Centenas de contratados já foram demitidos como se fossem mercadoria descartável e agora virão as demissões dos próprios, por enquanto focando naqueles para os quais possa haver alguma possibilidade formal que justifique e, posteriormente, amparando-se na reforma e na aplicação de “ferramentas gerenciais”.

Diante de tudo isso, o que espera a categoria petroleira? Vamos nos organizar e agir em conjunto! Sindicalize-se e lute por seus direitos enquanto ainda os tem!

PESQUISADORAS DEBATEM TURNOS NA PETROBRÁS

As condições de trabalho e jornadas de turnos diante de uma realidade que afeta a vida dos trabalhadores da Petrobrás que sofrem com a política de redução de efetivos mínimos. Esse foi o tema do colóquio ‘Seminário Condições de Trabalho em Turnos - Petrobrás’ realizado na última quarta-feira (25), no Clube dos Empregados da Petrobrás (CEPE-Fundão). O evento foi apresentado pelas pesquisadoras Frida Marina Fischer (Associação Nacional de Medicina do Trabalho, professora titular da Universidade de São Paulo), e Lúcia Rotenberg (Pesquisadora em Saúde Pública, FIOCRUZ).

“Há muito tempo desenvolvo uma pesquisa sobre o trabalho em turnos e a

saúde do trabalhador. Precisamos saber de que forma o trabalho em turnos afeta a saúde das pessoas, lembrando que nossa saúde não é só o corpo. É vida em família, sincronia com os filhos e com o cônjuge. Então esses foram os temas que tratamos aqui em nossa apresentação” – falou a bióloga e doutora em Psicologia, Lúcia Rotenberg, no evento que foi direcionado aos trabalhadores e trabalhadoras do CENPES e do TABG.

Na parte da manhã, a pesquisadora Frida Marina Fischer conheceu as instalações do CENPES, antes do início do seminário.

“Visitamos alguns lugares onde as inspeções são feitas ao longo do turno, constatando que em determinados lugares existem ruídos elevados, em excesso

e outros sem ruídos. Perguntei aos trabalhadores presentes sobre o tempo de exposição a essa situação e alguns me informaram que esse tempo aumentou por conta da redução de efetivo. É necessário que haja um mapeamento objetivo sobre essa exposição nos turnos da manhã, tarde e noite para termos uma ideia real do que está acontecendo de fato antes de se delimitar uma escala de 8 ou 12 horas. Fui informada de que não é feita mais a audiometria (exame de audição) nos trabalhadores. Se há exposição excessiva a ruídos é necessário fazer esse controle” – disse a bióloga Frida Marina, professora titular do Departamento de Saúde Pública da USP que fez uma rápida avaliação sobre as condições de trabalho em turno no CENPES

AUDIÊNCIA NO TST DEBATEU INCLUSÃO DE ADICIONAIS NO CÁLCULO DA RMNR

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoveu em sua sede, em Brasília, na última sexta-feira (27), uma Audiência Pública para debater a inclusão ou não de adicionais previstos em lei, na Constituição e em instrumento coletivo, na base de cálculo da complementação da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR) da Petrobrás.

“A importância desta Audiência Pública vai servir para coleta de elementos fáticos para nós juízes (magistrados) para aplicarmos o Direito aos fatos, conhecendo-os melhor para tomarmos decisões dentro dos princípios da Justiça Trabalhista” - disse na abertura o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, presidente do TST.

O Sindipetro-RJ foi representado pelo advogado Luiz Fernando e pelo diretor João Paulo Nascimento, que fez



uma exposição contribuindo para análise do processo a partir de seu relato como trabalhador de turno da Petrobrás no Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara, o TABG.

“Essa questão da RMNR fere muito os anseios dos trabalhadores que atuam na área periculosa e da produção, que trabalham em regime de turno. O senti-

mento é de indignação, dada a covardia que a empresa fez com os trabalhadores. O sindicato tenta sempre com a empresa negociar. Passado o tempo, a empresa não quis corrigir o erro que estava afetando os trabalhadores nas questões que envolvem os adicionais de periculosidade, noturno e insalubridade. Onde eu trabalho, no TABG, já ocorreu morte por contato com o Benzeno.” - disse.

A audiência foi convocada pelo ministro Alberto Bresciani, relator de um recurso que tramita sob a sistemática dos recursos repetitivos e foi afetado ao Tribunal Pleno pela Subseção 1, Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1). O objetivo era colher informações e subsídios para orientar o julgamento, em data a ser definida. A decisão a ser tomada no julgamento será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça do Trabalho.

NO SINDIPETRO CAXIAS O MOMENTO É DE UNIÃO. AGORA É CHAPA 2!

O movimento Reage Petroleiro inscreveu sua chapa (Chapa 2) para a eleição do Sindipetro Caxias, que vai acontecer entre os dias 6 e 9 de novembro.

Em um contexto que requer unidade, 60 petroleiros e petroleiras, entre

integrantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e independentes, formaram a chapa. O objetivo é ter um sindicato que esteja à altura dos desafios exigidos pelo momento difícil que o país e a Petrobrás estão passando. A propos-

ta da 'Chapa 2' é de renovar o Sindipetro Caxias para a construção de uma união nacional de todos os 18 sindipetros, entre FUP e FNP. Desta forma será possível organizar a grande resistência aos profundos ataques que se intensificaram com o governo de Michel Temer.

ASSEMBLEIA DOS APOSENTADOS

Nesta terça-feira (31), a partir das 14h, será realizada uma assembleia dos aposentados na sede do Sindipetro-RJ, avenida Passos, 34, Centro do Rio de Janeiro. Em pauta, o ACT e o Equacionamento do Déficit do Plano Petros 1.

AGENDA DAS CIPAS

TRANSPETRO SEDE - 7 de novembro, terça-feira, às 10h
TRANSPETRO TABG - 8 de novembro, quarta-feira, às 8h
EDISE - 9 de novembro, quinta-feira, às 14h
CENPES - 10 de novembro, sexta-feira, às 9h
EDIHB - 14 de novembro, terça-feira, às 14h
COMPERJ - 16 de novembro, quinta-feira, às 9h
EDISEN - 21 de novembro, terça-feira, às 10h
TRANSPETRO ANGRA - TEBIG - 21 de novembro, terça-feira, às 9h
UTE-BARBOSA LIMA - 22 de novembro, quarta-feira, às 8h
BGL1 - 29 de novembro, quarta-feira, às 9h
EDIVEN - 29 de novembro, quarta-feira, às 10h